


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0007398-95.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Fabiano Antonio Rinaldi**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Proc. 758/13

Vistos.

FABIANO ANTONIO RINALDI, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 12 de fevereiro de 2004 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a 40 salários mínimos.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor, alegando falta de laudo do IML; no mérito, quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não é caso de ilegitimidade passiva: *“inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT”* (cf. Ap.nº 990092573098 - 32ª Câmara de Direito Privado TJSP - 12/11/2009), já que *“em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência”*¹.

Também não falta documento essencial à propositura da ação: *“Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada”* (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012).

Quanto ao pagamento administrativo, cumpre destacar que *“existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o “quantum” recebido”* (cf. Ap. n. 680.591-2 - 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 “B” do 1º TACSP²).

Com relação à alegada prescrição, em se tratando de cobrança de seguro DPVAT, o prazo prescricional é contado a partir da ciência inequívoca, do segurado, do caráter permanente

¹ JTACSP - Volume 147 - Página 129.

² JTACSP - Volume 161 - Página 212.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

da invalidez. Assim, atento ao atual cenário fático e normativo, a ciência inequívoca da invalidez permanente ocorre na data em que a vítima obtém um laudo médico atestando tal fato.

Neste sentido: "*RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1 O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. 1.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência. 2. Caso concreto: Inocorrência da prescrição, não obstante a apresentação de laudo elaborado quatro anos após o acidente. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO*". (RESp 1388030/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 01/08/2014).

O laudo pericial realizado nestes autos foi realizado em outubro de 2015, de modo que, em razão do acima exposto, não há que se falar em prescrição.

Não bastasse, o laudo pericial médico apurou um dano patrimonial físico sequelar estimado em 2,5% (25% x 10%) em analogia com a Tabela DPVAT, e é claro ao apontar a seqüela: "*perda parcial e incompleta dos movimentos de uns dos joelhos em grau residual*" (fls. 135).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de "até" 40 salários mínimos, nos termos do que regulava a alínea *b.* do inciso III, do art. 3º da Lei nº 6.194/1974, vigente ao tempo do acidente que vitimou o autor.

Assim, considerando que o valor do salário mínimo vigente à época do acidente era de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais), tem-se que o autor faria jus a uma indenização máxima de R\$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) e, a se considerar o grau da perda patrimonial estimada (2,5%), o valor da sua indenização importaria R\$240,00 (R\$9.600,00 x 2,5%).

No presente caso, portanto, a indenização que seria devida em favor do autor era de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais). Ocorre que o autor já recebeu administrativamente o valor de R\$2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), ou seja, valor superior ao constatado no laudo pericial realizado, havendo, desta forma, quitação das verbas devidas em favor do autor.

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 16 de fevereiro de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

0007398-95.2013.8.26.0566 - lauda 2